



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**ANEXO IX**

18.0.000098260-8  
LIVRO: 1127 - 0  
FLS.: 157  
REG.: 68579

**CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE E A EMPRESA RASCH E DOMINGO CONSULTAS MÉDICAS LTDA-EPP PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS DE APOIO DIAGNÓSTICO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Aos 28 dias, do mês de fevereiro, do ano 2019, na Procuradoria Geral do Município Porto Alegre, presentes de um lado o **Município de Porto Alegre**, neste ato representado por seu Secretário de Saúde do Município, Dr. Pablo de Lannoy Stürmer, conforme delegação de competência estabelecida no Decreto nº.19.932/2018, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **Rasch e Domingo Consultas Médicas Ltda-EPP (Docctor Med Consultas Médicas)**, inscrita no CNPJ sob nº 20.332.762/0001-00, com sede Avenida Bento Gonçalves, nº. 2.435, loja 102, Bairro Partenon, na cidade de Porto Alegre, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal que abaixo firmam o presente Contrato, decorrente do edital de Chamada Pública nº 001/2017, com base nos termos do art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 8.080/90, da Portaria/MS/GM nº 2.567 de 25 de novembro de 2016, da Portaria/GM/MS nº 2.898 de 28 de novembro de 2013, da Portaria/MS/GM nº 453 de 01 de junho de 1998 e demais legislações aplicáveis, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente instrumento, regendo-se pelas Cláusulas e Condições que seguem:

Os serviços contratados serão executados na Avenida Bento Gonçalves, nº 2.435, loja 02 e 03, Bairro Partenon, Porto Alegre.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem por objeto integrar a **CONTRATADA** no Sistema Único de Saúde - SUS, nesta Capital, especificamente na prestação de serviços de **Apoio Diagnóstico**.

1.2 Através do presente instrumento a **CONTRATADA** realizará os procedimentos conforme o Documento Descritivo Assistencial (DDA), que integra este instrumento para todos os efeitos legais (anexo I).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PMPA** 5  
**PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO**

1.3 Mediante Termo Aditivo e, de acordo com a capacidade instalada da CONTRATADA e as necessidades da CONTRATANTE, os contraentes poderão fazer acréscimos ou supressões, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, durante o período de sua vigência, incluídas as prorrogações, mediante justificativa aprovada pelo Contratante.

**CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência do Contrato em decorrência do credenciamento através da Chamada Pública 01/2017, será de 12 (doze) meses, contados da data da ordem de início dos serviços, podendo ser prorrogado sucessivas vezes por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsão do artigo 57 da Lei 8.666/93.

2.2 A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subseqüentes ao presente, respeitando prazo de vigência do Contrato, fica condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento do Fundo Municipal da Saúde – FMS.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

3.1 A CONTRATANTE pagará, mensalmente, a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente a cada procedimento mensal, observados os limites e quantitativos contratados, conforme Tabela SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimento, Medicamentos e OPMs do SUS), em vigor o valor total mensal estimado de até R\$ 8.482,10 (oito mil quatrocentos e oitenta e dois reais e dez centavos), conforme DDA Anexo I – Programação Orçamentária

**CLAUSULA QUARTA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1 A CONTRATADA fica obrigada a apresentar o Boletim de Produção (Individualizado) – BPA – I para processamento, no terceiro dia útil de cada mês subsequente à prestação dos serviços.

4.2 Após o término do processamento, o pagamento será realizado até o quinto dia útil do mês seguinte à apresentação da produção.

4.3 Os procedimentos posteriormente inseridos na Tabela SUS do Grupo 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA serão, automaticamente, contemplados.

4.4 A Contratada se obriga a apresentar as informações regulares do SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS – SIA/SUS, ou outros sistemas por ventura implantados pelo Ministério da Saúde e solicitados pela Contratante e que vão alimentar o Banco de Dados do DATASUS/MS.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

4.5 A Contratante fica responsável pelo envio dos dados de produção da CONTRATADA ao DATASUS, que, após consistência dos mesmos, irá gerar os valores de produção aprovados.

4.6 Após a revisão dos documentos e sua aprovação a Contratante efetuará o pagamento do valor apurado.

4.7 As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados ou pela conferência técnica administrativa serão devolvidas à contratada para correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no prazo estabelecido pela contratante.

4.8 É vedado, expressamente, o pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada ou do cometimento a terceiros (associação de servidores e outros), da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados.

4.9 O não cumprimento pelo Ministério da Saúde de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes neste Contrato não transfere para a Contratante a obrigação de pagar os serviços ora contratados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO REAJUSTE**

5.1 A despesa decorrente das futuras contratações correrá por conta da dotação orçamentária nº. 1804.4037.339039.4590 do orçamento vigente e, nos próximos exercícios, a conta de dotação correspondente.

5.2 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços da Tabela SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimento, Medicamentos e OPMs do SUS), compensações ou penalizações financeiras bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, podem ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento em conformidade com o § 8 do art. 65 da Lei Federal 8666/93, ou outra que venha a substituí-la, por se tratar de reajuste dos valores unitários da Tabela, estabelecida pelo Ministério da Saúde.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 Para o cumprimento do objeto deste contrato, a CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços em estrita observância às exigências contidas no Edital de Chamada Pública 01/2017, devendo:

- I - Manter a disposição do SUS a capacidade total ofertada neste Contrato;
- II - Assegurar o cumprimento integral das normas e diretrizes do SUS, assim como de normas complementares estaduais e municipais, no que couber;
- III - Ofertar os serviços contratados de acordo com as legislações pertinentes ao objeto deste contrato;
- IV - Atender as diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH;
- V - Submeter-se as avaliações sistemáticas, de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde – PNASS;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

VI - Assegurar o funcionamento, em perfeitas condições, dos serviços ora propostos;

VII - Garantir quadro de recursos humanos qualificado e compatível aos serviços ora contratados, de modo que a prestação se dê de forma contínua e ininterrupta;

VIII - Comunicar imediatamente à Central de Regulação em caso de interrupção do atendimento, por qualquer motivo, informando o prazo para normalização do atendimento, e obedecer as orientações da SMS quanto aos procedimentos que serão adotados por ocasião da interrupção.

IX - Manter afixado em lugar visível placa informando que a CONTRATADA atende pelo SUS;

X - Disponibilizar acesso único aos usuários, não importando se o atendimento se dará através do SUS ou por qualquer outro tipo de convênio;

XI - Não efetuar qualquer tipo de cobrança aos usuários no que tange aos serviços cobertos pelo SUS;

XII - Responder pelas obrigações fiscais, eventualmente devidas, de qualquer natureza, relativa à equipe, sendo-lhe defeso invocar a existência desse Contrato para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las à CONTRATANTE;

XIII - Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados, disponibilizando a qualquer momento à CONTRATANTE e auditorias do SUS as fichas e prontuários dos usuários do SUS, que deverão estar em conformidade com as Resoluções dos Conselhos de Classe pertinentes, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados;

XIV - Garantir as condições técnicas e operacionais para a manutenção das licenças e alvarás nas repartições competentes, necessárias à execução dos serviços objeto do presente Contrato, bem como do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – CNES;

XV - Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros por sua culpa ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares, que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;

XVI - Garantir a desinfecção, esterilização e anti-sepsia, em perfeitas condições com as normas técnicas vigentes, bem como assegurar o uso adequado dos equipamentos. E em sua sede própria deverá, também, garantir o funcionamento das instalações hidráulicas, elétricas, radiação e gases em geral, para a correta prestação dos serviços ora contratados.

XVII - Utilizar o Sistema de Informação desta SMS para registro das informações dos serviços prestados, obedecendo aos prazos, fluxos e rotinas de entrega da produção à CONTRATANTE;

XVIII - Submeter-se aos critérios de autorização e regulação estabelecidos por esta SMS;

XIX - Não negar atendimento ao paciente encaminhado pela CONTRATANTE, no que se refere aos serviços ora contratados, realizando o atendimento no dia e horário determinado pela SMS;

XX - Fornecer a esta SMS, quando solicitado, informações necessárias à avaliação dos serviços contratados;


**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

XXI - Manter atualizado os registros no CNES, o Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA, ou outro sistema de informação que venha a ser implementado pela CONTRATANTE;

XXII - Permitir, a qualquer tempo, o acesso de técnicos da SMS às suas instalações com a finalidade de acompanhar e finalizar a execução do contrato;

XXIII – A contratada responderá, exclusiva e integralmente, pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluído os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria Municipal de Saúde, bem como responderem pela solidez e segurança dos serviços;

XXIV - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento;

XXV - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da CONTRATANTE não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente;

XXVI - A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

XXVII - Garantir o cumprimento das recomendações da ANVISA e outros órgãos regulamentadores.

XXVIII - A Contratada deverá fazer comunicação imediata a Contratante de qualquer mudança de responsável técnico.

XXIX - Os laudos deverão ser assinados por Responsável Técnico especializado, reconhecido pelo CRM ou CFM.

XXX - O Prestador deverá dispor de sistema para envio dos laudos em meio físico e eletrônico.

XXXI - Exames com patologias deverão possuir quantificação e mensuração.

XXXII - Os laudos e imagens que não forem satisfatórios ao profissional solicitante deverão ser repetidos pelo Contratado, sem necessidade de novo agendamento pela regulação e sem custos ao Município.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 Transferir os recursos previstos neste Contrato à CONTRATADA, conforme Cláusula Quinta deste termo.

7.2 Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços contratados.

7.3 Estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde.

7.4 Analisar a produção da CONTRATADA, comparando-se a oferta com os resultados alcançados e os recursos financeiros repassados.

7.5 Prestar esclarecimentos e informações à CONTRATADA que visem orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente Contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**CLÁUSULA OITAVA - DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE E AVALIAÇÃO**

8.1 A CONTRATADA deverá atingir as metas qualitativas e quantitativas previstas no DDA, cuja avaliação será realizada sistematicamente, com emissão de relatório quadrimestral de avaliação pelo Núcleo de Relacionamento com o Prestador Ambulatorial.

8.2 A CONTRATADA deverá se submeter às avaliações do Sistema Nacional de Auditoria (Federal, Estadual e Municipal).

**CLÁUSULA NONA - PENALIDADES**

9.1 A Contratada, ao deixar de cumprir qualquer das obrigações assumidas, ficará sujeita às penalidades previstas nesta cláusula, no termo da Lei nº. 8666/93, e suas alterações.

9.2 A multa de que trata o artigo 86, parágrafos 1º e 2º da Lei 8666/93, e suas alterações, poderá ser aplicada até o valor máximo de 0,1% do valor total do objeto contratual por dia de atraso no início dos serviços.

9.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Contratante poderá, garantindo defesa prévia, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa na forma prevista nos itens deste instrumento;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sendo que esta será concedida somente quando a Contratada ressarcir o MUNICÍPIO pelos prejuízos resultantes e após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.4 Poderá ser aplicada multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da fatura, a critério da Contratante, conforme a gravidade da infração, quando a Contratada:

a) prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização da Secretaria Municipal;

b) executar os serviços em desacordo com as normas técnicas e condições estabelecidas neste Contrato, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;

c) desatender às determinações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde;

d) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes, em razão da infração cometida;

e) ocasionar, sem justa causa, atraso na execução dos serviços contratados;

f) recusar-se a executar, sem justa causa, no seu todo ou em parte os serviços contratados;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

g) praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência ou imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar dano a Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação de reparar os danos causados as suas expensas; e

h) demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade ou má fé.

9.5 As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro sempre que se repetir o a infração.

9.7 Caso a Contratada dê causa à rescisão da contratação, está sujeita a multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

9.8 As multas previstas neste item não terão caráter compensatório, mas meramente moratório e o pagamento dela não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato vier a acarretar.

**CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO**

10.1 Este contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, por parte da Contratante, mediante notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada qualquer direito de reclamação e/ou indenização nos seguintes casos:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregularmente de qualquer das obrigações do Contrato, especificações, prazos e outras irregularidades;
- b) subcontratação, transferência ou cedência, total ou parcial do objeto do Contrato a terceiros, sem prévia autorização do Município;
- c) falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Contratada;
- d) paralisação ou execução lenta dos serviços, sem justa causa;
- e) demonstração de incapacidade, desaparelhamento, imperícia técnica ou má-fé;
- f) atraso ou não conclusão do serviço nos prazos determinados, sem justificativa;
- g) cometimento de reiteradas irregularidades na prestação dos serviços contratados;
- h) não recolhimento de tributos em geral e encargos trabalhistas, sociais e previdenciários relativos aos seus funcionários; e
- i) desatendimento às determinações emanadas da Contratante, relativamente à prestação dos serviços de responsabilidade da Contratada;

10.2 Este Contrato poderá ser rescindido, por mútuo acordo entre as partes, atendida a conveniência do Município, mediante termo próprio e medição rescisória, recebendo a Contratada tão somente o valor dos serviços já executados até o momento da rescisão, não cabendo à Contratada nenhum outro tipo de indenização.

10.3 No interesse da Contratante poderá ser declarado rescindido este contrato, mesmo que a Contratada não tenha praticado qualquer ato que possa dar causa à rescisão. Neste caso, receberá a Contratada apenas os pagamentos dos serviços já realizados e eventualmente não pagos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PMPA**  
**PROCURADORIA GERAL**  
**DO MUNICÍPIO**

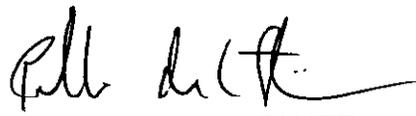
### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11.1 - Fica eleito e convencionado, para fins legais e para questões derivadas deste contrato, o Foro da Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com renúncia expressa a qualquer outro.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 - Fazem parte deste Contrato, como se nele fossem transcritas, as Leis Federais nº 8.080/90 e nº 8.666/93, com suas alterações, o Edital de Chamada Pública nº. 01/2017 - processo administrativo 17.0.000067420-6 e seus 9 (nove) Anexos.

12.2 Para constar e valer em todos os seus efeitos de direito, celebrou-se o presente que lido e achado conforme vai pelas partes assinado.



CONTRATANTE



CONTRATADO

[20.332.762/0001-00]

DOCTOR MED CONSULTAS MÉDICAS

AV. BENTO GONÇALVES, 2435 LOJA 102  
 PARTENON-CEP 90020-603

PORTO ALEGRE-RS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

## **ANEXO I**

### **DOCUMENTO DESCRITIVO ASSISTENCIAL**

**RASCH E DOMINGO CONSULTAS MÉDICAS LTDA**  
**(DOCTOR MED PARTENON)**

**CNES 9250344**

**Processo Administrativo 18.0.000098260-8**

IA

Porto Alegre, novembro de 2018.


**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO**
**Identificação**

<b>Nome</b>	<b>CNES</b>	<b>CNPJ</b>	
DOUTOR WEL PARTENON	9021344	09.922.762/0001-00	
<b>Nome Empresarial</b>	<b>Natureza Jurídica(Grupo)</b>		
RASCH E BODINHO CONSULTAS MEDICAS LTDA EPP	ENTIDADES EMPRESARIAIS		
<b>Logradouro</b>	<b>Número</b>	<b>Complemento</b>	
AV BENTO GONCALVES	2442		
<b>Bairro</b>	<b>Município</b>	<b>UF</b>	
PARTENON	431400 - PORTO ALEGRE	RS	
<b>CEP</b>	<b>Telefone</b>	<b>Dependência</b>	<b>Regional de Saúde</b>
90960-000	--	INDIVIDUAL	
<b>Tipo de Estabelecimento</b>	<b>Subtipo de Estabelecimento</b>	<b>Gestão</b>	
CLINICA CENTRO DE ESPECIALIDADES	OUTROS	MUNICIPAL	
<b>Diretor Clínico/Gerente/Administrador</b>			
MARTHA SELIGMAN			
<b>Cadastrado em</b>	<b>Atualização na Base Local</b>	<b>Última atualização Nacional</b>	
04/07/2017	19/07/2017	09/09/2016	

Fonte: CNES, 25/09/2018.

**2. PROFISSIONAIS**

<b>Nome</b>	<b>CBO</b>	<b>Descrição</b>	<b>SUS</b>	<b>CH Total</b>
ALINE SILVEIRA MARTHA	225275	MEDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA	SIM	4
AMANDA VEIGA CHEUCHE	225125	MEDICO CLINICO	SIM	4
AUGUSTO ALBANESE PELLICOLI	225320	MEDICO EM RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM	SIM	8
BRUNO MENDONCA RIBEIRO	225320	MEDICO EM RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM	SIM	8
DAPHNE RONACHER DANTAS	225125	MEDICO CLINICO	SIM	4
GUSTAVO GEHRKE RODRIGUES	225125	MEDICO CLINICO	SIM	8
JOAO VITOR DARDE RODRIGUES	225120	MEDICO CARDIOLOGISTA	SIM	5
KATIA FRANTZ DE FARIAS	226105	QUIROPRAXISTA	SIM	12
LETICIA MACHADO ROSA DA SILVA	225112	MEDICO NEUROLOGISTA	SIM	4
LUCAS AUGUSTO BARBOSA SILVA	225225	MEDICO CIRURGIAO GERAL	SIM	8
LUIZA DALMAZ FITARELLI	225270	MEDICO ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA	SIM	3


**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Nome	CBO	Descrição	SUS	CH Total
MALVINA VIANNA WAIHRICH	225125	MEDICO CLINICO	SIM	4
MARCIA PASTORINI URBIM	225125	MEDICO CLINICO	SIM	14
MARTHA SELIGMAN	225265	MEDICO OFTALMOLOGISTA	SIM	9
RAFAELA TRUCCOLO DOS SANTOS	225125	MEDICO CLINICO	SIM	16
VALERIA FERNANDES	225250	MEDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA	SIM	3
VANESSA MARIA MENDES MARTINS PINTO	225135	MEDICO DERMATOLOGISTA	SIM	3
VERA LUCIA PEREIRA DE OLIVEIRA	225275	MEDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA	SIM	4

Fonte: CNES, 13/11/2018.

**3. METAS QUANTITATIVAS**

Considerando a carga horária dos médicos radiologistas e que há um ecógrafo, a capacidade de produção é a seguinte:

Total horas/semana: 16h

Total horas/mensais: 16h \* 4,5 semanas = 72 h/mês

Número de exames/hora: 4 (15 minutos cada)

Número máximo de exames/mês: 4 exames \* 72h = 288 exames/mês.

No quadro abaixo consta a quantidade mensal máxima de cada exame que deverá ser ofertada. A ocupação da oferta poderá sofrer variação, conforme demanda do município.

Exames	Valor unitário	Qtde mensal ofertada	Valor total
02.05.02.004-6 - ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	R\$ 37,95	110	R\$ 4.174,50
Demais ultrassonografias.	R\$ 24,20	178	R\$ 4.307,60
<b>Total</b>		<b>288</b>	<b>R\$ 8.482,10</b>


**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**4. METAS QUALITATIVAS**

O serviço deverá apresentar, por ocasião da avaliação quadrimestral, o cumprimento mínimo de 90% das metas qualitativas.

N.º	DESCRIÇÃO	MÉTODO DE CÁLCULO	FONTE	META	FREQUÊNCIA DE MEDIÇÃO	Nº Máximo de Pontos
1	Tempo médio de emissão de laudos de exames	Tempo total de tempo para emissão de laudos (dias)/número total de exames	Contratada	≤ 7 dias = 35 pts 8 a 15 dias = 25 pts ≥ 16 dias = 10 pts	Quadrimestral	35
2	% de Satisfação do Usuário no Conceito Ótimo	(Soma de conceitos ótimos nas Pesquisas de Satisfação/ Soma total dos conceitos na Pesquisa de Satisfação) X 100	Contratada	≥ 85% = 30 pts 84 a 75% = 25 pts ≤ 74% = 20 pts	Quadrimestral	30
3	Tempo médio de retorno das demandas da Ouvidoria	Somatório dos tempos do total de reclamações / número de reclamações	OUIDORIA	Até 48 horas = 35 pts 49 a 95 horas = 30 pts ≥ 96 horas = 25 pts	Quadrimestral	35
<b>TOTAL DE PONTOS</b>						<b>100</b>

O não cumprimento mínimo das metas assistenciais resultará em penalidades, previstas na cláusula nona do contrato.

**5. RESUMO FINANCEIRO CONTRATADO**

O pagamento será efetuado de acordo com os procedimentos aprovados após o processamento, até o limite dos tetos estabelecidos no quadro abaixo:

	TETO MENSAL	TETO ANUAL
Físico	288	3.456
Financeiro	R\$ 8.482,10	R\$ 101.785,20